



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

PARECER JURÍDICO

CONSULENTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Bernardo Sayão – TO.

REFERÊNCIA: Processo Administrativo nº 149/2026

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 088/2026

ASSUNTO: Análise da possibilidade de Contratação direta, através de Dispensa de Licitação, com fundamento no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto 12.807/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KIT BEBE PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXERCÍCIO DE 2026

1. RELATÓRIO:

Trata o presente expediente de solicitação de análise jurídica acerca do procedimento de contratação na modalidade de dispensa, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e Decreto nº 12.343/2024, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KIT BEBE PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXERCÍCIO DE 2026,** a qual requer o processamento por dispensa de licitação com fundamento na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Importa destacar, ainda, que o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 estabelece a obrigatoriedade de que os processos de contratação direta, compreendendo tanto os casos de inexigibilidade quanto de dispensa de licitação, sejam instruídos com documentos indispensáveis para garantir a transparência e a regularidade do procedimento. Tais documentos incluem:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - Razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

A presente análise, portanto, deverá verificar se todos esses requisitos estão devidamente atendidos no processo, de modo a assegurar a observância das disposições legais aplicáveis e a conformidade do procedimento com os princípios que regem a Administração Pública.

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e a análise jurídica

2. ANÁLISE JURÍDICA:

2.1. RELEVÂNCIA DO CONTROLE JURÍDICO PRÉVIO NA CONTRATAÇÃO DIRETA.

O parecer jurídico é peça fundamental no controle prévio de legalidade das contratações realizadas pela Administração Pública, representando uma garantia essencial da observância dos princípios constitucionais que regem os atos administrativos, como legalidade, moralidade e eficiência. A obrigatoriedade desse controle, realizada pelo órgão jurídico, está prevista no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que os processos licitatórios e de contratação direta somente poderão prosseguir após a análise jurídica das peças que compõem os autos.

A análise jurídica visa assegurar que a contratação esteja plenamente respaldada pelas normas vigentes, evitando possíveis nulidades e resguardando a Administração Pública de eventuais prejuízos ou responsabilizações decorrentes de falhas no procedimento. Tal parecer deve ser redigido com linguagem clara e objetiva, abrangendo todos os elementos indispensáveis à contratação e, simultaneamente, conferindo ao procedimento a transparência necessária para a garantia da legalidade e da segurança jurídica.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - Appreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.”

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.

2.2. DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

O documento de formalização da demanda é um dos pilares que sustentam o processo de contratação direta ou licitatória, sendo exigido pela Lei nº 14.133/2021 como instrumento inicial para caracterizar a necessidade da contratação e garantir a devida instrução do processo administrativo. Ele representa a materialização da demanda interna da Administração Pública, fundamentando o objeto a ser contratado e delimitando as necessidades a serem atendidas, sempre em conformidade com os objetivos da gestão pública.

A formalização da demanda é essencial para assegurar a clareza e a objetividade no planejamento da contratação, permitindo que a Administração identifique previamente os requisitos técnicos, as condições orçamentárias e a viabilidade da execução do contrato. Dessa forma, ela contribui diretamente para o atendimento ao princípio da eficiência, evitando contratações desnecessárias, mal planejadas ou desalinhadas com o interesse público.

No presente caso, verifica-se que o processo administrativo em análise foi devidamente instruído com o documento de formalização da demanda, elaborado de forma a atender os requisitos legais estabelecidos pelo artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

A formalização da demanda apresentada no processo descreve, com precisão e clareza, o objeto da contratação de empresa para aquisição de kit bebe para distribuição gratuita, para atender as demandas do Fundo Municipal de Assistência Social no exercício de 2026

Desse modo, a formalização da demanda encontra-se em conformidade com as disposições normativas, sendo suficiente para fundamentar e justificar a contratação direta analisada neste parecer jurídico

2.3. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é um instrumento indispensável no processo de planejamento das contratações públicas, previsto na Lei nº 14.133/2021. Ele tem como objetivo principal fornecer os subsídios técnicos necessários para avaliar a viabilidade da contratação e garantir que as soluções propostas estejam alinhadas às necessidades da Administração Pública e ao interesse público.

Por meio do ETP, são identificados e analisados aspectos como o objeto a ser contratado, as soluções possíveis, os custos envolvidos, os riscos associados à execução do contrato, e outros elementos relevantes para a tomada de decisão. Esse estudo promove o planejamento eficiente e transparente das contratações, fundamentando as escolhas administrativas e minimizando falhas no processo.

Art. 18. O Estudo Técnico Preliminar é obrigatório e consiste na caracterização da necessidade da contratação e na definição dos requisitos da solução que a atenda, sendo utilizado para subsidiar a elaboração do termo de referência ou do projeto básico.

Parágrafo único. O Estudo Técnico Preliminar deverá conter, no mínimo:

I - descrição da necessidade da contratação, considerando os problemas a serem resolvidos sob a perspectiva do interesse público;
II - demonstração da previsão da quantidade a ser contratada e da adequação ao objeto;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

III - estimativas das receitas e despesas que serão geradas pela contratação, inclusive das que ocorrerem em exercícios financeiros futuros;
IV - requisitos da contratação;

V - estimativa do impacto ambiental, se for o caso;

VI - providências a serem adotadas pela Administração para adequação do espaço físico e da capacitação de pessoal, quando for o caso."

No caso em análise, o processo foi instruído com o Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com as disposições legais. O documento identifica e caracteriza a necessidade da contratação de empresa para aquisição de kit bebe para distribuição gratuita, para atender as demandas do Fundo Municipal de Assistência Social no exercício de 2026

Dessa forma, o Estudo Técnico Preliminar reforça a segurança e a viabilidade da contratação, demonstrando que o processo foi planejado em conformidade com a legislação vigente e alinhado aos princípios da Administração Pública.

2.4 PESQUISA DE PREÇO

A norma 14.133/2021, artigo 23º estabelece que os incisos I, II e III do referido artigo são os parâmetros primários e mais robustos, e que a Administração Pública deve priorizá-los para garantir maior fundamentação técnica, eficiência e transparência, que a coleta de preços no presente processo seja ajustada às diretrizes dos incisos I, II e III:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Os incisos I, II e III **oferecem maior segurança** e fundamentação ao processo, uma vez que ampliam a base de dados utilizada para estimar os valores, promovendo maior transparência e alinhamento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, como os princípios da eficiência, moralidade, economicidade e legalidade.

A utilização do **inciso I**, que prevê o uso de painéis de preços praticados no âmbito da Administração Pública, destaca-se pela inclusão do **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**. O PNCP é uma plataforma centralizada instituída pela Lei nº 14.133/2021, que tem como objetivo organizar e disponibilizar informações sobre contratações públicas realizadas em âmbito nacional. Ele permite o acesso a dados detalhados sobre preços praticados, contratos e fornecedores, promovendo maior transparência e eficiência no processo de compras públicas. Sua utilização facilita a comparação de preços e assegura maior uniformidade nas contratações, sendo uma ferramenta essencial para a boa governança pública.

A doutrina especializada reforça a importância de seguir essa ordem de preferência. Conforme destacado no "Manual de Orientação: Pesquisa de Preços" do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

"a correta definição do valor estimado da contratação é essencial ao sucesso do processo de contratação. Afinal, enquanto referência para



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

análise de aceitabilidade das propostas, apenas cumprirá sua finalidade se, efetivamente, retratar a realidade de mercado."

O manual enfatiza que a Administração deve reunir o maior número possível de preços, a partir de fontes diversas, sendo preferencial o emprego das fontes previstas nos incisos I e II do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

A pesquisa de preços realizada no presente processo observou o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o valor previamente estimado da contratação deve ser compatível com os preços praticados pelo mercado, consideradas as quantidades pretendidas, a potencial economia de escala e as peculiaridades do objeto. No caso concreto, a estimativa refere-se à aquisição de materiais destinados à composição de kits para bebês, a serem distribuídos gratuitamente pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Bernardo Sayão/TO no exercício de 2026, compreendendo banheiras de 20 litros, pacotes de cueiros, pacotes de pagão, pares de meias e pacotes de fraldas bordadas.

Quanto às fontes utilizadas, verifica-se que a Administração realizou solicitações formais de orçamento por correio eletrônico e recebeu propostas das empresas Comercial GR Rocha Ltda., inscrita no CNPJ nº 57.006.323/0001-00; Comercial Castro e Carvalho Ltda., inscrita no CNPJ nº 45.632.481/0001-96; e Comercial Norte Ltda., inscrita no CNPJ nº 56.544.533/0001-99. As três empresas apresentaram preços para os mesmos cinco itens e para os quantitativos definidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social, estando as propostas identificadas, datadas e acompanhadas dos respectivos dados empresariais.

Essas propostas enquadram-se no art. 23, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que admite a pesquisa direta com, no mínimo, três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha dos consultados e que os orçamentos tenham sido obtidos dentro do período legal. No presente caso, foram consultados exatamente três fornecedores do ramo, por meio de mensagem eletrônica encaminhada pela Administração, e as respostas foram apresentadas em 29 de julho de 2026, permitindo a comparação entre empresas que comercializam produtos relacionados ao enxoval infantil. O inciso IV exige a formalização da consulta, a identificação dos fornecedores e a justificativa de sua escolha, não constituindo autorização para dispensar a pesquisa de preços.

Além das três cotações diretas, o relatório consolidado no sistema BNC incorporou referências identificadas como "importadas", vinculadas a fornecedores participantes de outros procedimentos de compras públicas. Para a banheira, foram utilizados os valores da Comercial GR Rocha Ltda., WS Empreendimentos e Impacto Visual Indústria e Comércio de Camisetas



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

Ltda.; para o pacote de cueiros, foram considerados os preços da Comercial Castro e Carvalho Ltda., CHSF Distribuidora Têxtil Ltda. e Distribuidora de Produtos Agreste Meridional Ltda.; e, para o pacote de pagão, foram reunidas referências da Comercial Norte Ltda., Comercial Debeche Têxtil e Riotex Indústria e Comércio Atacadista Ltda.

As referências importadas pelo sistema BNC relacionam-se ao art. 23, § 1º, inciso II, desde que representem preços de contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período legal. A BNC funciona como instrumento tecnológico de localização, importação e consolidação dos dados, mas não constitui, por si só, uma fonte autônoma de preços. Portanto, o enquadramento jurídico depende da origem efetiva de cada registro: as propostas solicitadas diretamente pelo Município correspondem ao inciso IV, enquanto os preços importados de contratações públicas similares correspondem ao inciso II. O art. 23 permite que esses parâmetros sejam utilizados de forma combinada.

A metodologia adotada foi a média aritmética dos três preços selecionados para cada item. O cálculo foi realizado individualmente, de modo que a estimativa global não corresponde à simples média dos valores totais apresentados pelas três empresas locais. Para determinados itens, o sistema selecionou uma cotação direta e duas referências importadas; para o pacote com um par de meias, foram utilizadas as três propostas obtidas diretamente das empresas Comercial Norte Ltda., Comercial GR Rocha Ltda. e Comercial Castro e Carvalho Ltda. A média aritmética é método admitido para a definição do preço estimado, desde que os valores sejam comparáveis e submetidos à análise crítica quanto à sua consistência e correspondência com as especificações pretendidas.

Para as 32 banheiras de 20 litros, a média dos valores de R\$ 34,99, R\$ 41,00 e R\$ 35,70 resultou no preço unitário estimado de R\$ 37,23, totalizando R\$ 1.191,36. Para os 32 pacotes de cueiros com três peças, a média dos preços de R\$ 30,89, R\$ 27,14 e R\$ 36,48 resultou em aproximadamente R\$ 31,50 por unidade, totalizando R\$ 1.008,11. Quanto aos 32 pacotes de pagão com três peças, a média dos valores de R\$ 36,59, R\$ 30,16 e R\$ 30,85 alcançou aproximadamente R\$ 32,53 por unidade, totalizando R\$ 1.041,07.

Para os 64 pacotes contendo um par de meias, foram considerados os preços de R\$ 12,49, R\$ 11,99 e R\$ 12,19, resultando na média unitária aproximada de R\$ 12,22 e no valor total de R\$ 782,29. Para os 32 pacotes de fraldas bordadas contendo cinco unidades, a média dos valores de R\$ 39,99, R\$ 20,07 e R\$ 20,58 resultou no preço unitário de R\$ 26,88, totalizando R\$ 860,16. Ao final, a soma dos valores estimados para os cinco itens alcançou R\$ 4.882,9867, que, considerado o padrão monetário de duas casas decimais, corresponde a R\$ 4.882,99 (quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos).



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

Dessa forma, a pesquisa foi estruturada mediante combinação dos parâmetros previstos no art. 23, § 1º, incisos II e IV, da Lei nº 14.133/2021, reunindo três propostas formalmente solicitadas a fornecedores e referências importadas de procedimentos públicos. Registra-se apenas que a justificativa juntada às páginas 12 e 13 apresenta uma compreensão imprecisa ao afirmar que o inciso IV não exige pesquisa formal com três fornecedores. Na realidade, o próprio inciso IV determina a consulta formal a, no mínimo, três fornecedores; requisito que, no caso concreto, foi atendido pelas propostas da Comercial GR Rocha Ltda., Comercial Castro e Carvalho Ltda. e Comercial Norte Ltda.

2.5 TERMO DE RERÊNCIA

O Termo de Referência é um documento indispensável nos processos de contratação pública, previsto na Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos. Ele tem como objetivo descrever, com clareza e detalhamento, o objeto a ser contratado, os requisitos técnicos, as condições de execução e demais especificidades necessárias para viabilizar a contratação de bens ou serviços.

De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, o Termo de Referência é definido como:

"Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se:
[...]

XXIII - Termo de Referência: documento necessário para a contratação direta, em que deverão constar os elementos que caracterizam o objeto contratado e os critérios objetivos necessários à escolha da proposta mais vantajosa e à execução do contrato;"

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa para a aquisição de kits para bebê destinados à distribuição gratuita pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Bernardo Sayão – TO, durante o exercício de 2026. A contratação tem como objetivo conceder auxílio-natalidade, na forma de bens de consumo, às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela política municipal de assistência social.

A justificativa apresentada demonstra que a aquisição está vinculada aos benefícios eventuais previstos na Lei Municipal nº 483/2020, especialmente ao auxílio-natalidade destinado ao atendimento das necessidades decorrentes do nascimento. A distribuição será realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social às gestantes que comprovadamente se encontrem em



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

situação de necessidade, mediante avaliação e parecer social dos profissionais competentes, tendo o Centro de Referência de Assistência Social como unidade de acolhimento, acompanhamento e desenvolvimento das ações de orientação e proteção à primeira infância.

Quanto às especificações técnicas, o Termo de Referência prevê a aquisição de 32 banheiras para bebê com capacidade de 20 litros, 32 pacotes de cueiros contendo três peças, 32 pacotes de pagão contendo três peças, 64 pacotes com um par de meias e 32 pacotes de fraldas bordadas contendo cinco unidades. Os produtos deverão apresentar qualidade compatível com sua finalidade, garantindo dignidade, higiene, conforto e respeito às famílias beneficiárias, cabendo à contratada substituir os itens que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou desconformidades.

O valor estimado dos produtos corresponde a R\$ 4.883,54 (quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e quatro centavos). A estimativa compreende R\$ 1.191,36 para as banheiras, R\$ 1.008,67 para os pacotes de cueiros, R\$ 1.041,06 para os pacotes de pagão, R\$ 782,29 para os pares de meias e R\$ 860,16 para os pacotes de fraldas bordadas. O documento também prevê tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

A aquisição ocorrerá de forma parcelada, conforme as demandas apresentadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social durante o exercício de 2026. A execução deverá ser iniciada no prazo de três dias, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, com vigência até 31 de dezembro de 2026. O pagamento será realizado mensalmente, no prazo de até 30 dias após o adimplemento de cada parcela, cabendo à contratada manter as condições de habilitação e regularidade, e à Administração acompanhar, fiscalizar, receber e verificar a qualidade dos produtos fornecidos.

Por fim, verifica-se que o Termo de Referência foi estruturado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com a Lei Complementar nº 123/2006, com a Lei Municipal nº 483/2020 e com as normas relacionadas aos benefícios eventuais da assistência social. O documento apresenta o objeto, a justificativa social, as especificações e os quantitativos, o valor estimado, as obrigações das partes, os prazos, a fiscalização e as condições de pagamento, reunindo os elementos necessários para orientar adequadamente a contratação e assegurar o atendimento ao interesse público.

2.6 EDITAL



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

O edital é o documento que disciplina e organiza os processos licitatórios, servindo como instrumento para assegurar a legalidade, a transparência e a igualdade de condições entre os participantes. No caso das contratações diretas por dispensa de licitação, embora não seja obrigatória a publicação de um edital em todas as situações, a Administração deve observar a publicidade e o detalhamento das condições de contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

No presente caso, o edital elaborado para a contratação direta está alinhado com os dispositivos legais. O documento apresenta de forma clara e objetiva o objeto da contratação, bem como as condições de participação, os prazos para apresentação de propostas e os critérios de julgamento. Além disso, inclui anexos relevantes, como o Termo de Referência e a minuta do contrato, assegurando a fundamentação técnica e a segurança jurídica do procedimento.

2.7 PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

A Lei nº 14.133/2021 introduziu inovações importantes para garantir maior transparência e eficiência nas contratações públicas, incluindo disposições específicas para a contratação direta. Entre essas inovações, destaca-se a previsão do artigo 75, §3º, que estabelece a recomendação de publicidade prévia para as contratações realizadas com base no critério de valor.

O §3º do artigo 75 prevê que as contratações diretas, pelo valor, sejam preferencialmente precedidas de um aviso público em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de três dias úteis. Essa divulgação deve conter a descrição objetiva do objeto a ser contratado, bem como a manifestação de interesse da Administração Pública em receber propostas adicionais, permitindo uma disputa mais ampla entre potenciais fornecedores e assegurando que a proposta mais vantajosa seja selecionada. A seguir, transcreve-se o referido dispositivo:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

§3º As contratações diretas por valor deverão ser preferencialmente precedidas da divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a descrição do objeto e a manifestação de interesse da administração em receber propostas adicionais."

Essa exigência de publicidade prévia reforça a transparência do procedimento e amplia a concorrência, mesmo em casos de dispensa de licitação. A medida não apenas



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

proporciona maior acesso de fornecedores interessados, mas também assegura que a Administração Pública obtenha propostas mais competitivas, contribuindo para o cumprimento dos princípios da eficiência e economicidade.

No presente caso, recomenda-se que a Administração Pública observe essa orientação, divulgando o aviso em seu sítio eletrônico oficial com antecedência mínima de três dias úteis antes de formalizar a contratação direta. Tal prática não só fortalece a segurança jurídica do processo, mas também alinha a contratação às boas práticas administrativas e aos princípios que regem os atos públicos, como a publicidade, impessoalidade e eficiência devendo-se sua publicação ocorrer junto ao diário oficial do município e o portal da transparência.

2.9 DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE EM CRITÉRIOS DE VALOR

A Constituição Federal de 1988 determina que a obtenção de bens e serviços pela Administração Pública deverá ocorrer, via de regra, mediante processo de licitação pública, um procedimento preliminar formal, que visa assegurar o tratamento isonômico e vinculado, voltado ao atendimento ao interesse público e à escolha da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88, in verbis:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. (Grifou-se)

Segundo depreende-se da leitura do dispositivo supramencionado, existem algumas situações em que a realização do procedimento de licitação pode colocar em risco ou prejudicar o interesse e a segurança pública

Contudo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, poderá ser dispensada a licitação para aquisições que envolva valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o estipulado nos termos do Art.75, inciso II, da mesma Lei de Licitações

Importante dizer que o valor de R\$ 50.000,00 para a dispensa foi atualizado pelo



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

Decreto 12.807/2025 para R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Todavia, faz-se necessário transcrever o artigo alhures, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Decreto 12.807/2025 – Para contratações que envolva valores inferiores a R\$ R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

Considerando que o valor total estimado é de R\$ 4.883,54 (quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), assim são preponderantes caminhar, doravante, na linha da possibilidade de comprometimento do feito para contratação de empresa para aquisição de kit bebe para distribuição gratuita, para atender as demandas do Fundo Municipal de Assistência Social no exercício de 2026. É forçoso concluir pela possibilidade legal de contratação direta através de dispensa de licitação, uma vez que o caso em questão se molda perfeitamente aos valores previstos no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 12.807/2025

3. CONCLUSÃO:

Dessa feita, e diante do exposto, apresento **PARECER FAVORÁVEL** para o prosseguimento do processo licitatório contratação de empresa para aquisição de kit bebe para distribuição gratuita, para atender as demandas do Fundo Municipal de Assistência Social no exercício de 2026, com valor estimado de **R\$ 4.883,54 (quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)** devendo-se atentar para que, no presente procedimento, seja seguida a legalidade, aplicando-se a legislação vigente que orienta o procedimento licitatório, especialmente porque está enquadrado na hipótese de contratação direta prevista no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto 12.807/2025.

RECOMENDO que após a realização da sessão pública do certame, seja divulgada a ATA DE SESSÃO DE JULGAMENTO com sua devida publicação no site oficial (portal da transparência) deste município e sua disponibilização no diário oficial eletrônico, afim que sejam respeitados os princípios da legalidade e publicidade da administração pública.

RECOMENDO a observância da paginação com numeração folha a folha, de



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

maneira completa, em toda a fase interna do processo licitatório, garantindo a organização, a rastreabilidade dos atos praticados e a adequada formalização documental.

Não obstante, o presente parecer é prestado sob o prisma de restrição jurídica, não competindo a esta assessoria jurídica adentrar no benefício da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos.

É o parecer, SMJ, que submeto à consideração superior para deliberação e aprovação.

É o parecer, S.M.J

Bernardo Sayão – TO, 03 de agosto de 2026.


BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUI
OAB/TO 5982